

ACTA N.º 13

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 09 DE JULHO DE 2009:

----- No dia nove de Julho do ano de dois mil e nove, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal de Mealhada, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Senhor Carlos Alberto da Costa Cabral, Presidente da Câmara Municipal, e com as presenças da Senhora Vice-Presidente, Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e dos Senhores Vereadores, José Carlos Calhoa Morais, António Jorge Fernandes Franco, Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques, João Fernando Oliveira Pires e Carlos Alberto Gonçalves Marques. -----

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, Cristina Maria Simões Olívia, coadjuvada pela Técnica Superior, Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Exmo. Presidente da Câmara, pelas 14 horas e 30 minutos, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

1) O Senhor Vereador Carlos Marques interveio para questionar quando é que lhe seriam fornecidos os elementos solicitados sobre todas as taxas cobradas até à data pela Câmara Municipal, tendo o Senhor Presidente informado que o requerimento foi remetido à Divisão Financeira, para serem tiradas as listagens e posteriormente seleccionadas de acordo com o pedido do Senhor Vereador. -

2) O Senhor Vereador Carlos Marques voltou a intervir para perguntar se já havia alguma informação sobre a questão do aterro junto à Estrada Quinta do Valongo / Pego, referida na última reunião e da qual o Senhor Presidente disse não ter conhecimento. -----

O Senhor Presidente informou que após a aprovação da Acta, o assunto será remetido aos serviços para análise e informação. -----

3) O Senhor Vereador Carlos Marques referiu ainda que a Câmara Municipal, em Março do corrente ano, informou que em Abril iria começar a funcionar o Gabinete de Inserção Social, que tinha como primeiro objectivo o combate ao desemprego, mas que até agora não tem sido uma realidade. Fazendo a

Câmara Municipal eco do apoio que dá aos desempregados, e sabendo-se que a ACIM também possui um gabinete de inserção profissional apoiado pelo Centro de Emprego, perguntou se faria sentido que a Câmara Municipal tivesse também um gabinete de inserção profissional. Referiu-se, no âmbito da criação de emprego, ao programa FINICIA, tendo dito que a Câmara Municipal de Mealhada não aderiu, apesar de estar em causa a concessão de apoio aos empresários.-----

4) O Senhor Vereador Carlos Marques solicitou informação sobre se já foi dada resposta ao requerimento apresentado pelo médico veterinário. -----

5) O Senhor Vereador voltou a intervir, referindo que é uma realidade o encerramento do balneário termal do Luso em época de veraneio. Disse que a entrevista dada aos jornais locais pelos representantes dos hoteleiros e comerciantes do Luso, lhe veio dar razão. -----

6) A senhora Vice-Presidente interveio, na sequência da intervenção do Senhor Vereador Carlos Marques, tendo esclarecido que o Gabinete de Inserção Profissional está a funcionar no Gabinete de Serviço Social em articulação com a ACIM. Referiu ainda que, num contexto de crise no mercado de emprego, a Câmara decidiu criar um instrumento de apoio à população muito antes de surgir o Programa apoiado pelo Instituto de Emprego, que veio substituir as UNIVA. A Câmara foi a principal responsável pela existência da ACIM, uma vez que reuniu esforços no sentido da sua constituição e apoiou todo o processo da sua criação, bem como da UNIVA da ACIM. Assim, a Câmara nunca pretenderá substituir-se nas competências e responsabilidades da ACIM, tendo no entanto o dever de as complementar. Acrescentou que a Câmara Municipal apresentou uma candidatura ao GIP - Gabinete de Inserção Profissional e a ACIM também, pelo que quando a Câmara Municipal foi contactada pelo Instituto de Emprego a propósito da existência de duas candidaturas, o que comunicou àquele instituto foi que a candidatura da ACIM era prioritária. Sobre o FINICIA, a Senhora Vice-Presidente frisou que a Câmara Municipal não pode assumir o papel de instituição de crédito e que a legalidade do programa é discutível. -----

O Senhor Presidente referiu que o Programa FINICIA é um programa da Administração Central, IAPMEI e Ministério da Economia, e é como tal que é referido nos jornais e rádios nacionais, destinando-se a conceder empréstimos a pequenos empresários e não especificamente para criar emprego, como o Senhor Vereador Carlos Marques referiu. -----

7) O Senhor Presidente disse que o parecer dos serviços jurídicos sobre a questão do médico veterinário será entregue na reunião, ao Senhor Vereador Carlos Marques, pois já o despachou há alguns dias. -----

8) O Senhor Vereador António Franco deu informações sobre as diversas actividades desportivas que decorreram no Município, que a seguir se indicam:

- Realização da Final Four de Hóquei em Patins Juvenil, com a inestimável colaboração do Hóquei Clube da Mealhada, tendo realçado o facto de muitas pessoas se terem deslocado à Mealhada, beneficiando assim a economia do Concelho; -----

- A Selecção Portuguesa de Basquetebol, bem como a Selecção da Finlândia, estiveram no Concelho para realização de um estágio; -----

O Senhor Vereador António Franco referiu ainda que a Câmara Municipal foi contactada pela Federação Portuguesa de Futebol para a realização na Mealhada, de um estágio de árbitros da primeira liga, tendo sido referido que a razão da escolha se prende directamente com as excelentes infra-estruturas existentes no Concelho, ao que acresce a beleza da paisagem. -----

Informou ainda que iria decorrer no Concelho o Campeonato Nacional de Natação Sincronizada, que é também uma mais valia para a divulgação das infra-estruturas do Concelho. -----

9) O Senhor Vereador Calhoa Morais referiu ter ficado satisfeito com a divulgação que a imprensa nacional deu à publicação de um artigo num jornal nova-iorquino sobre a Mealhada e o Leitão da Bairrada. Disse que efectivamente parece que a Mealhada está na “moda” e no centro do mundo. ---

O Senhor Vereador António Franco lamentou que sejam as pessoas de fora, de tão longe, que façam referências elogiosas ao que de bom existe no Concelho, já que isso nem sempre acontece cá dentro. -----

10) A Senhora Vice-Presidente referiu que apesar de se dizer que a Câmara Municipal nada faz pelo turismo, nomeadamente pelo turismo gastronómico, o certo é que o número de aderentes ao projecto 4 Maravilhas da Mesa da Mealhada, prova exactamente o contrário. Informou que na próxima sexta-feira, teria lugar a 2ª Gala das 4 Maravilhas da Mesa da Mealhada. -----

11) A Senhora Vice-Presidente voltou a intervir, para informar que no próximo fim-de-semana realizar-se-ão no Luso, dois encontros, um organizado pela ACAPO e outro pela CONFAP, o que é demonstrativo do facto de que a Câmara inclui o Luso no projecto de divulgação. -----

12) O Senhor Vereador Breda Marques realçou a importância dos eventos que foram referidos pela Senhora Vice-Presidente e pelo Senhor Vereador António Franco. Fez ainda uma referência à Gala organizada pelo Hóquei Clube da Mealhada, que elogiou pela sua qualidade, bem como ao artigo publicado num jornal muito conceituado a nível mundial, o Wall Street Journal, pela notícia sobre o Leitão da Bairrada, dizendo que se trata de um reconhecimento importante para o Concelho da Mealhada. -----

ATENDIMENTO DO PÚBLICO: -----

1) Estiveram presentes comerciantes e hoteleiros da Vila do Luso, representados pela Senhora D. Maria Conceição Selas, que referiu que apesar de terem tentado falar com o Senhor Presidente por diversas vezes sobre o encerramento da Termas em plena época termal, isso não foi possível. Disse que a situação é difícil para comerciantes, hoteleiros e toda a população que vive das termas. Referiu que o Senhor Presidente “não está do lado das pessoas do Luso”, porque disse nos jornais que não há razões para as queixas. Ao dizer que a maior parte dos estabelecimentos comerciais estão encerrados aos sábados, à tarde e ao domingo, o Senhor Presidente demonstrou insensibilidade. Frisou ainda que tudo o que o Movimento fez deu conhecimento ao Senhor Presidente em primeira-mão e que resolveram escrever uma “carta aberta” e vieram à reunião da Câmara Municipal para a entregar pessoalmente ao Senhor Presidente. A Senhora D. Maria Conceição Selas procedeu à leitura da referida “carta aberta”, que a seguir se transcreve: -
“CARTA ABERTA AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DA MEALHADA -----

Exmo. Senhor, -----
Surpreende-nos, que o Sr. Presidente esteja disponível para mandar "recados" aos comerciantes e hoteleiros do Luso pelos jornais, e se mostre indisponível para atender os pedidos de reunião que, repetidamente, lhe temos dirigido de Março passado para cá. Desde o dia em que nos foi apresentado o projecto de remodelação do balneário, acto a que não compareceu nem se fez representar, que ignora os nossos pedidos de reunião. Pretendíamos apenas, dar-lhe a conhecer a nossa opinião sobre o novo projecto e manifestar-lhe a nossa grande preocupação com o calendário das obras e as más consequências que se adivinhavam para os nossos negócios. -----

Mas o Sr. Presidente, a partir de certa altura, deixou de ter tempo para ouvir os comerciantes e hoteleiros de Luso. Esqueceu-se depressa, que fomos nós, em Junho de 2006, a despertá-lo da resignação e do silêncio, convidando-o para liderar o processo de negociação com o acomodado e negligente concessionário das Termas. -----

O Sr. Presidente vem agora tentar justificar nos jornais, em nome e em defesa da SAL (?!), este encerramento desastrado e desastroso para o Luso. Afirma que nós já saberíamos do seu encerramento e que os termalistas estavam a ser encaminhados para a Curia, como se tais medidas justificassem a decisão ou resolvessem algum dos nossos problemas! -----

Pois fique sabendo Sr. Presidente, que só nas vésperas (dia 24 de Junho), recebemos do concessionário uma informação concreta e definitiva. Os comerciantes os hoteleiros e os termalistas do Luso, viveram nos últimos meses na maior falta de informação, perdidos nas contradições, rodeios e hesitações, da confusa e baralhada gestão das Termas. -----

E tínhamos clientes a pedir reservas e pessoas a perguntar se tinham trabalho, Sr. Presidente...! -----

Pelas consequências tão nefastas como previsíveis, este era um dos pontos que queríamos abordar na reunião que ainda hoje esperamos. Queríamos pedir-lhe que usasse as suas relações privilegiadas com a actual administração da SAL, para os fazer repensar esta imponderada decisão, e adiar o arranque das obras para Outubro, salvando a Época Termal do Luso. Não era pedir muito,

mas foi esperar em vão. Sabemos agora, pelas suas recentes e decepcionantes declarações, que da nossa Câmara, pouco podíamos esperar, uma vez que ainda hoje não percebeu o que estava em causa! -----

O que fez o Sr. Presidente para nos defender desta arbitrariedade e prepotência? Opôs-se? -----

Resignou-se? Demitiu-se simplesmente, ou apoiou este disparate económico e social? -----

Há-de ser a sua consciência a dar-lhe a resposta, porque nós ficaremos decerto e mais uma vez, apenas com o silêncio e o desprezo que recebemos nos últimos meses. -----

Jogamos neste projecto, as nossas esperanças, as nossas vidas e dos nossos filhos. Para nós é uma oportunidade única, que merece o acompanhamento e empenho de todos. Por isso fomos ao seu encontro, para que nos ouvisse, nos representasse, nos defendesse. -----

Somos comerciantes e hoteleiros há várias gerações. Faça-nos a justiça de admitir que saberemos alguma coisa do que será bom ou mau para os nossos negócios, e ouça-nos. O Sr. Presidente tem obrigação de conhecer o nosso pensamento e defender a nossa vontade, representando-nos junto do concessionário, e não o contrário. -----

Respeitamos as suas opiniões sobre negócios, sobre comércio, hotelaria, termas ou turismo. Mas lembramos-lhe que o seu "negócio" é de representação política dos interesses e dos desejos das pessoas do seu concelho, e não só das suas próprias ideias. Dispensamos as lições de bem fazer comércio e hotelaria e rejeitamos os "recados" paternalistas e ao mesmo tempo ofensivos da nossa dignidade de pequenos empresários. Não esperamos desculpas Sr. Presidente, pois seria porventura mais outra espera inútil. Continuamos sim, porque é um direito nosso, à espera que se disponha a ouvir-nos. Luso, 9 de Julho de 2009 -- (Os Comerciantes e Hoteleiros de Luso)" -----

O Senhor Presidente interveio dizendo lamentar profundamente o conteúdo do texto que revela uma profunda falta de consideração e respeito pela pessoa do Presidente da Câmara que em tão difíceis momentos sempre procurou conciliar interesses privados dos comerciantes e hoteleiros e da Sociedade da

Água do Luso, a bem do interesse colectivo. Referiu também achar muito estranho não ter havido contacto dos comerciantes do Luso, uma vez que todas as pessoas que querem falar com o Presidente da Câmara Municipal o fazem em qualquer dia e hora. Disse ainda que em jornais locais lhe foi dito que politicamente iria perder por causa da sua atitude em relação ao Luso, mas que ainda assim ficará muito satisfeito se, pela sua atitude, for o Luso a ganhar. Lamentou o encerramento dos estabelecimentos comerciais depois das 19 horas e aos fins de semana, o que disse ter verificado pessoalmente num fim de semana em que se realizou um evento desportivo, em que havia centenas de pessoas no Luso e só os cafés, restaurantes e estabelecimentos hoteleiros é que estavam a funcionar, quando o regulamento do funcionamento de estabelecimentos permite o alargamento dos horários. Lamentou também que as termas tivessem de encerrar por motivo de obras, mas neste momento pensa que não há nada a fazer, uma vez que as obras já estão em curso há já alguns meses. Disse ainda lamentar o aproveitamento político da situação que é feito por alguns, que estão mais preocupados com política do que com o Luso, com o encerramento das termas e as dificuldades que a população está a passar. -----

O Senhor Vereador António Franco disse discordar totalmente da afirmação que foi feita, de que o Senhor Presidente está de costas voltadas para o Luso, quando, diariamente, tem sido testemunha, nas suas conversas com o Senhor Presidente, da grande preocupação que ele demonstra pelos problemas do Luso. Todos ficaram surpreendidos pela decisão de encerramento das termas neste período, mas frisou que dada a sua formação até entende que, por várias razões, nem sempre é possível cumprir com a calendarização das obras. Referiu ainda que o Senhor Presidente da Câmara Municipal diariamente se tem empenhado para que o mal, seja um mal menor, incentivando a realização de eventos desportivos no Luso, com a consequente ocupação hoteleira e não só. A Senhora Vice-Presidente interveio para destacar o empenho da Câmara em criar condições no Luso que o tornem um destino turístico. Há muitos anos que a população do Luso se queixa da inércia das termas e da falta de condições para atrair turistas. A Câmara investiu fortemente no Luso. Impôs

condições à empresa concessionária para modernizar as termas e criou uma estratégia de desenvolvimento para o turismo. Todas as actividades que podem projectar o Concelho são realizadas no Luso com o objectivo de atrair gente e animação. No entanto, o desenvolvimento turístico do Luso não depende apenas da Câmara, mas também da população e dos comerciantes do Luso. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que muitas vezes a palavra política tem uma conotação negativa, mas disse não entender que assim seja e foi por isso que fez a intervenção na última reunião, e fê-la não como crítica à Sociedade da Água do Luso, à Malóclinic e ao Senhor Presidente. Disse que na sua perspectiva o Luso poderia ter outro tipo de turismo, e que todas as expectativas que têm sido criadas em relação ao Luso podem não vir a ser uma realidade, e que o tempo porventura virá dar-lhe razão. Acrescentou que fazer política é estar ao lado da sociedade civil, ao lado das pessoas do Luso. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais interveio para dizer que compreende as preocupações das pessoas, mas que, como disse o Senhor Vereador Carlos Marques, toda esta questão gira à volta da política, e que também é verdade que tem lido intervenções nos jornais sobre o assunto, de “bradar aos céus”. Disse que as pessoas do Luso têm uma particularidade, que admira, que é de serem solidários uns com os outros. Acrescentou que não ficou satisfeito, como ninguém terá ficado, pelo facto de as termas terem sido encerradas, mas que há que encarar a realidade, que é a de que as infra-estruturas existentes necessitam de remodelação. Disse ainda reconhecer que é uma má altura, uma má época, mas apelou ao sentimento de solidariedade que sempre tem existido e ao bom senso das pessoas do Luso. -----

A Senhora Vice-Presidente interveio igualmente para dizer que não lhe parecem ser correctos os termos em que a carta foi redigida, pois o Senhor Presidente não merece que o tratem dessa forma, porque se tem empenhado pessoalmente na resolução do problema, não obstante haver quem se preocupe em meter “areia na engrenagem”. -----

A Senhora Maria Conceição Selas tomou a palavra mais uma vez para referir que em caso algum as actividades que se organizem no Luso são susceptíveis de compensar o prejuízo que decorre da ausência dos termalistas. -----

Tomou a palavra o Senhor António Pimenta, em nome da Associação de Amigos para a Defesa do Luso / Buçaco, para referir que poderá estar na mão do Senhor Presidente a resolução do problema, porque é um bom observador e um defensor dos interesses do Luso. Perguntou se o Senhor Presidente já tinha reparado que na nova sociedade a SAL tem 49% e a Malóclinic tem 51% do capital e tem receio de que mais tarde a SAL se retire por não ser rentável. -----

Interveio também o Senhor João Seabra, tendo referido que o fazia na qualidade de cidadão do Luso, embora tenha sido colaborador da Sociedade da Água do Luso. Disse que, enquanto funcionário da SAL, sempre entendeu que o local próprio para discussão de problemas era dentro da empresa, mas que agora iria falar noutra qualidade. Disse que as pessoas do Luso são gente simples, mas não são burros, nem tacanhos, e custa-lhes a aceitar que uma obra que demora 6 meses, independentemente da obra que será feita, tenha de “cair” no Verão. Coisa diferente seria se a obra tivesse um prazo de execução de 12 ou 18 meses. Salientou que devia ter havido planeamento quanto aos prazos de execução das obras. Disse ainda que numa reunião que se realizou em Março de 2008, foi dado a conhecer um parceiro, que seria um mal menor, depois disso o mal maior são as obras demorarem 6 meses e comprometerem a época de Verão. -----

O Senhor Presidente referiu que o Senhor João Seabra conhece melhor a SAL porque trabalhou muitos anos na empresa, e que o que é importante que se diga é que a Câmara Municipal não é dona da obra e que nesta questão todos estão do mesmo lado, e não como agora, há pouco tempo, querem alguns fazer crer. -----

Tomou a palavra o Senhor Nuno Alegre, tendo referido que foi contactado pelo Dr. Pinto de Magalhães, na qualidade de “pivot” do movimento de comerciantes e hoteleiros para lhe dizer que as termas iriam fechar. Disse não ser verdade que as obras sejam apenas interiores, pois o projecto inclui também obras exteriores, e pelo menos essas estão sujeitas a licenciamento

da Câmara Municipal, que terá uma palavra a dizer. Acrescentou que a Câmara poderia ter intervindo no “timing” da obra, mas a verdade é que a SAL poderia vir depois dizer que não avançaria com as obras porque a Câmara não tinha deixado, ou seja, seria “preso por ter cão e não ter”. Frisou que entretanto as pessoas vão à falência, e que se depois das obras tudo ficar muito lindo pode não haver ninguém para usufruir do que foi feito. Disse que existe um custo social demasiadamente elevado e que o que está em causa é a “sobrevivência”. O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Nuno Alegre o que é que a Câmara Municipal poderia fazer neste momento. Disse que, tanto quanto sabe estão apenas a decorrer obras no interior e se houver obras de exterior, estarão com certeza sujeitas a licenciamento municipal. Acrescentou que as angústias dos moradores do Luso são também da Câmara Municipal, mas que é evidente que quem está a sofrer são as pessoas do Luso, mas julga que neste momento a Câmara Municipal nada pode fazer, uma vez que a SAL está a executar a obra. O Senhor Nuno Alegre voltou a intervir referindo que o movimento não é um movimento político e no dia em que o for sairá. Quanto aos eventos desportivos realizados no Luso, é melhor que se realizem do que não se fazer nada. Disse ainda, dirigindo-se aos membros da Câmara Municipal, que quem deveria defender as pessoas do Luso é quem “está aí sentado”, e que tinham de puxar as orelhas de quem é responsável pela situação. Salientou nada o mover contra a SAL, mas sim contra a actual administração, e que quem tem que a chamar “à pedra” é o Senhor Presidente da Câmara. -----

O Senhor Vereador Breda Marques referiu estar de acordo sobre o facto de as obras serem necessárias, mas também está de acordo com os que dizem ter havido falta de planeamento, pois não se compreende que as obras sejam realizadas em pleno Verão. Disse não poder continuar a verificar-se uma falha de comunicação entre a Câmara Municipal e os comerciantes e terá de haver um esforço de aproximação entre as partes envolvidas na questão. Salientou que não se tem manifestado publicamente por achar que a má publicidade pode ser negativa para o Concelho, pois todos têm a ganhar com a unidade e convergência de esforços, e com a existência de uma forte sintonia entre a

Câmara Municipal e os comerciantes, já que não deve haver rivalidade entre parceiros. O que há a fazer é tentar, pela positiva, resolver a situação. -----

O Senhor Presidente informou que brevemente iria solicitar uma reunião com a administração da SAL, a quem faria chegar, mais uma vez e como sempre faz, as preocupações dos comerciantes do Luso. -----

2) Estando também presente entre o público, interveio o Senhor José Veiga, Médico Veterinário, para perguntar quando é que obteria resposta à carta que enviou à Câmara Municipal a solicitar a declaração de nulidade do concurso. ---

O Senhor Presidente disse que o assunto está a ser analisado pelo Gabinete Jurídico. -----

O Senhor José Veiga voltou a intervir para dizer que, tendo já questionado a forma como foram atribuídas as notas do concurso, o Senhor Vereador António Jorge Franco nunca lhe soube explicar, dizendo considerá-lo um verdadeiro “pára-queda”. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques tomou a palavra e disse que o preocupa constatar que o assunto provoque risos, gozo, por parte de alguns membros do Executivo. Disse Já ter feito a sua parte, e que apesar de se anda a discutir o assunto há cerca de 8 meses, não há respostas por parte da autarquia e julga que o Senhor José Veiga tem razão. Referiu ainda que iria terminar a sua intervenção porque o Senhor Vereador António Franco se estava a rir. O Senhor Presidente disse ao Senhor José Veiga, que o Senhor Vereador António Jorge nunca foi pára-queda e que se foi considerado como tal pelo Senhor Veiga, em sentido pejorativo, lamenta a linguagem que usou. -----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador Carlos Marques, e em minuta, para produção de efeitos imediatos, aprovar a acta da reunião anterior (acta n.º 12), após se ter procedido à sua leitura. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques ditou para a acta a seguinte Declaração de Voto: -----

“Voto contra a Acta de 25 de Junho de 2009. Aquando da correcção da mesma, na página 97 (verso), referi que tinha dito que “..... Disse concordar

inteiramente com a proposta do Vereador Breda Marques” e acrescentei, na parte em que se solicita à Santa Casa da Misericórdia de Mealhada uma reunião com carácter de urgência. Foi de facto o que afirmei na altura e entendo que o Senhor Vereador Breda Marques queira companhia face ao pedido, alegadamente, que se promovam outras iniciativas de carácter inspectivo. -----

Não foi essa a minha leitura, nem é a que detenho agora. O Vereador não colhe, de facto, a minha concordância face a essa intenção. -----

De referir que apenas o Vereador Breda Marques lembrou “ipsis verbis” as minhas palavras, tendo o restante executivo afirmado não se lembrar. -----

2. TOPONIMIA DA POVOAÇÃO DE ALMAS DO BUÇACO. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Toponímia da Povoação de Almas do Buçaco, nos termos da Informação do Chefe da Divisão de Obras Municipais, de 01/07/2009, que a seguir se transcreve: -----

Toponímia da povoação de Almas / Buçaco -----

DESCRICÃO -----

- **Largo Nossa Senhora da Vitória** - largo junto ao Museu Militar do Buçaco onde entroncam as ruas Carmelitas Descalços, Duque de Wellington, Rei D. Carlos I, Santo António, Beco da Amélia e Beco do Museu Militar. -----

- **Rua dos Carmelitas Descalços** - partindo do Largo Nossa Senhora da Vitória em direcção às Portas da Rainha. -----

- **Rua Duque de Wellington** - partindo do Largo Nossa Senhora da Vitória em direcção ao Obelisco (Estrada Militar). -----

- **Rua Rei D. Carlos I** - partindo do Largo Nossa Senhora da Vitória em direcção à Cruz Alta. -----

- **Rua de Santo António** - partindo do Largo Nossa Senhora da Vitória em direcção à Estrada Nacional 234. -----

- **Beco Rainha D^a Amélia** - partindo do Largo Nossa Senhora da Vitória em direcção à "Quinta do Monte Florido" e acabando na mesma -----

- **Beco do Museu Militar** - partindo do Largo Nossa Senhora da Vitória em direcção ao portão do Museu Militar e acabando no mesmo. -----

- **Beco 27 de Setembro** - partindo da Estrada Nacional 234, com direcção ao Xafede. -----

01.07.09 Chefe de Divisão (Idílio Calisto) -----

Deliberou ainda, alterar o nome da Rua Rei D. Carlos I, para Rua Rei D. Carlos, e remeter informação sobre a Toponímia às Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial, Serviço de Finanças e CTT. -----

3. ASSOCIAÇÃO DO CARNAVAL DA BAIRRADA - FEIRA DE AUTOMÓVEIS USADOS. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da não realização da Feira de Automóveis Usados, de acordo com a informação prestada pela Associação do Carnaval da Bairrada. -----

4. ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO LUSON PARA WILLUSO - ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO, LONGEVIDADE E SAÚDE- PROPOSTA. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da alteração da denominação da Associação de LuSon para WILLUSO - Associação de Investigação, Longevidade e Saúde, nos termos da Proposta da Senhora Vice-Presidente, de 6/07/2009, sobre o assunto mencionado em epígrafe, e que a seguir se transcreve: -----

-----PROPOSTA-----

*Na última reunião do Executivo Municipal foram aprovados os Estatutos da associação de gestão, ciência e investimento do Luso, a constituir, com a denominação "LuSoN". -----
Contudo, o certificado de admissibilidade da denominação proposta - LuSoN - foi indeferido, com fundamento no facto de ser confundível com a firma LUSOM. LDA. -----*

*A Câmara Municipal apresentou novo pedido de certificado de admissibilidade de denominação no dia 29/06/2009, tendo proposto como primeira opção WILLUSO - ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO, LONGEVIDADE E SAÚDE. Essa denominação foi aprovada. -
Proponho que seja dado conhecimento à Câmara Municipal da alteração da denominação da associação de LuSoN para WILLUSO - ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO, LONGEVIDADE E SAÚDE. -----*

Mealhada, 6 de Julho de 2009 -----

A Vice-Presidente (Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro) -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, na sequência da deliberação tomada na reunião de realizada em 25 de Junho do corrente ano, remeter o assunto à Assembleia Municipal.-----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.-

5. ZONA INDUSTRIAL DA PEDRULHA - LOTE N.º 2 - INCUMPRIMENTO DO REGULAMENTO DE VENDA DE LOTES DE TERRENO - INFORMAÇÃO. -----

A Câmara Municipal analisou a informação n.º 23/LS/2009, da Técnica Superior, Dra. Leonor Santos, sobre o assunto mencionado em epígrafe, a qual se dá como integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, e deliberou, por unanimidade, notificar as empresas FUTURCER - CERÂMICA DE DECORAÇÃO, LDA. E RECRIA - DESIGN E DECEORAÇÃO, LDA., ao abrigo do artigo n.º 19 do Regulamento de Venda de Lotes de Terreno da Zona Industrial da Pedrulha, e de acordo com a Cláusula Terceira da Escritura de Compra e Venda, para, no prazo de 10 dias justificarem a razão do incumprimento, nos termos da já referida informação. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

6. REVITALIZAÇÃO DA ZONA CENTRAL DE CAVALEIROS - MINUTA DE CONTRATO. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da Minuta do Contrato da empreitada "Revitalização da Zona Central de Cavaleiros". -----

7. REGISTO DE PAGAMENTOS. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos pagamentos efectuados de 01 a 30 de Junho de 2009, no valor de 1.360.327,11€, em Operações Orçamentais e de 126,321,98 €, em Operações de Tesouraria. -----

8. RECONVERSÃO DOS VIVEIROS FLORESTAIS / PARQUE URBANO - PAVIMENTO DE CICLOVIA E PASSEIO PEDONAL - INFORMAÇÃO. -----

A Câmara Municipal analisou a informação n.º 30/09, do Senhor Fiscal da Obra sobre o assunto mencionado em epígrafe. -----

O Senhor Vereador João Pires interveio para referir que o estudo que foi pedido na penúltima reunião da Câmara Municipal foi um estudo que pressupunha uma deslocação ao local, a fim de se esclarecerem algumas dúvidas sobre o material aplicado e o material que estava previsto, e isso não se concretizou. Disse ter votado contra a sondagem, por ter partido do pressuposto que o IteCons iria fazê-la, o que não verificou. Do que estava à espera era que o estudo apresentado fosse mais detalhado, que fizesse uma análise

comparativa entre o material utilizado e o que constava no Programa do Concurso. Ora, o que foi feito foi um parecer que foi elaborado com base nos dados fornecidos pelos técnicos da Câmara Municipal. Propôs assim que se retirasse da Ordem do Dia a discussão da informação / proposta do Senhor Fiscal da Obra e que a mesma fosse analisada numa próxima reunião, conjuntamente com os resultados da sondagem a efectuar na ciclovia / passeio pedonal. Acrescentou que, a não ser assim, retirar-se-ia da reunião aquando da votação. -----

O Senhor Presidente fez a entrega de um “e-mail” que lhe foi enviado pelo Jornal Mealhada Moderna, sobre o assunto, solicitando a sua transcrição em acta: -----

Exmo sr. Presidente -----

O senhor vereador Carlos Marques voltou a tecer algumas considerações sobre a ciclovia do Parque Urbano da Cidade, para as quais solicito comentário da sua parte ou de quem indicar para o efeito. -----

O senhor vereador questiona algumas situações relacionadas com os pareceres que recentemente a Câmara apresentou em conferência de imprensa, entre as quais: -----

O parecer que a Câmara da Mealhada pediu ao Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção da Universidade de Coimbra (ITeCons) sobre o piso da ciclovia do Parque Urbano da Cidade, segundo o vereador foi feito à distância e com erros quanto ao custo dos materiais. -----

O assunto levou o vereador a interpelar telefonicamente Vitor Gil, do ITeCons, que confirmou o facto do parecer ter sido feito "com base em informações dos técnicos da autarquia não tendo existido por parte do ITeCons uma verificação no local das mesmas", -----

Por outro lado, concretamente ao material previsto no caderno de encargos, na análise económica das soluções o relatório do mesmo instituto aponta que o betuminoso pigmentado que deveria estar aplicado na obra e estava previsto no projecto, tem "um custo médio de 6,5 Euros/m², mas o senhor engenheiro Vítor Gil disse que se enganou; que de facto o valor ronda os 35 Euros/m²", concluiu Carlos Marques. -----

O vereador levanta algumas reservas quanto à legitimidade daquele parecer, começando por frisar que o pedido é formulado pela Câmara "via e-mail, dirigido a um engenheiro (Vítor Gil), não ao Instituto, e alicerçado em pressupostos eventuais, não factuais e concretos". Carlos Marques, alertando o facto daquele parecer ter sido feito sem que o instituto verificasse que

materiais estão realmente colocados na obra, volta a pôr em causa os mesmos, referindo que o ITeCons "pode ter sido induzido em erro", questionando: "Serão as informações dadas pela CMM as correctas?". -----

Aguardo reacção de V.Excia -----

Obrigado -----

João Teles Jornal Mealhada Moderna -----

Tel 231 201 585 -----

Fax 231 201 584 -----

O Senhor Vereador Carlos Marques interveio, referindo que a ciclovia / pista pedonal está concluída seguramente há 6 / 7 meses. O Senhor Vereador informou que a empreitada em causa de rege por um Decreto-Lei que entretanto foi revogado, tendo feito várias referências ao Decreto-Lei n.º 59/99, 2 de Março, nomeadamente ao que se encontra previsto nos seus artigos 30.º, 36.º, 106, 140.º, n.º 1, 159.º - plano de trabalhos, 166.º, 171.º, n.º 1, 178.º e seguintes - fiscalização e agentes, 181.º e 182.º - falta de cumprimento da ordem e o artigo 186.º - suspensão de trabalhos, e ainda artigo 191.º - medições. Perguntou se o que está aplicado é exactamente o que o Senhor Fiscal da Obra diz que está. Relativamente ao pedido de parecer ao IteCons o mesmo foi dirigido ao Senhor Vítor Gil e não ao Instituto e são descritas duas soluções, a do projecto e a do adjudicatário. Mais referiu que o IteCons é um instituto que tem como sócio fundador a Câmara Municipal de Mealhada, pelo que poderia ter-se escolhido outra entidade. Analisando o relatório técnico, conclui-se que não houve uma verificação no local, tendo o parecer sido emitido com base em informações fornecidas pelos técnicos da Câmara Municipal. -----

O Senhor Vereador António Franco frisou que o que foi transmitido ao IteCons foram "dados" e não "informações". -----

O Senhor Vereador Carlos Marques voltou a intervir, referindo que tomou a liberdade de contactar o Senhor Eng.º Vítor Gil para ouvir a sua opinião sobre a questão e sobre os preços de materiais e o Senhor Engenheiro disse ter de facto havido um erro no estudo económico, que tinha sido corrigido no dia a seguir. Mais tarde, o mesmo Senhor Eng.º ligou-lhe e ainda foi pior a "emenda que o soneto", pois disse-lhe que afinal o valor estava correcto, pelo que em

relação ao IteCons não precisa de dizer muito mais. Quanto ao parecer do projectista, ressaltou o facto de o Senhor Arquitecto Eloi, responsável pelo projecto, dizer ter tido uma reunião de trabalho em obra, em Março, e que foi constatado existirem algumas desconformidades com o projecto de execução, referindo que “dado o estado adiantado da obra”, seria de aceitar a solução proposta pelo empreiteiro. O Senhor Vereador disse que nessa altura a obra já estava concluída. O Senhor Vereador António Franco disse que uma obra nunca pode estar concluída sem ser recepcionada. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques voltou a intervir, referindo que face a tudo a que tem vindo a dizer, a obra está mal feita, tendo havido violação da lei e que na sua perspectiva há responsabilidades que devem ser apuradas. Acrescentou que quando fala de responsabilidade, está a falar da responsabilidade política, relativamente aos técnicos, se houve alguma falha, o Senhor Presidente actuará como entender. Face aos pareceres em análise disse entender que se deve fazer o caroteamento, e que depois se apurem as responsabilidades, caso se chegue à conclusão, após o caroteamento, que o que está aplicado não é o que foi aprovado. -----

O Senhor Presidente disse concordar com a sugestão do Senhor Vereador João Pires, no sentido de a deliberação sobre a informação n.º 30/09, do Fiscal da Obra, fique a aguardar pelo resultado do caroteamento. -----

O Senhor Vereador António Franco apresentou elementos escritos que comprovam que em 15/12/2008, foi solicitado ao empreiteiro que esclarecesse o porquê da alteração, tendo o empreiteiro respondido, e em informação de 22/01/2009, o Senhor Fiscal da Obra é peremptório e nega que a proposta tenha sido aprovada formalmente. O que foi referido foi apenas e tão só uma hipótese de alteração, tendo-se solicitado que essa intenção fosse comunicada por escrito. Em 17/02/2009 o empreiteiro enviou para a Câmara Municipal a Nota técnica dos trabalhos e em 26/02/2009 é solicitado ao projectista a emissão de parecer sobre a solução executada. Acrescentou que diversas câmaras também aplicaram em certas obras a solução prevista em projecto e já se verificou ser de má qualidade. Disse ainda que, sobre o parecer do IteCons, da Universidade de Coimbra, o mesmo está claro pelo que

não iria comentá-lo. Fez referência aos seguintes valores das propostas apresentadas, para o trabalho previsto no artigo 9.9 do Mapa de Medições e Orçamento: Consórcio BENJOR – JARDINAGEM (20,76 €); Consórcio NOVOPCA e Costa Leandro, Ld.^a (23,39 €); OLIVEIRAS S.A (16,81€); Consórcio IBERSILVA, Loaquim Rodrigues & Filhos, Ld.^a, Castanheira & Soares Ld.^a (13,63€); NORLABOR (17,68 €), Consórcio Pinto & Brás Ld.^a e Construções Manuel & Lino, Ld.^a (19,00 €); RAMOS CATARINO (33,77 €), o que resulta num preço médio que ronda os 20,00 €/m², sendo que o preço constante da proposta do adjudicatário é de 19,56 €.

O Senhor Vereador Breda Marques interveio referindo que a seu ver o assunto está a chegar ao limite possível da discussão. Disse que todas as dúvidas levantadas até ao momento devem ser analisadas por técnicos, tendo acrescentado não lhe parecer correcto que alguém que não tendo formação técnica, e se encontra a exercer funções políticas, coloque essas questões. Frisou ter sido pedido parecer ao IteCons, e que segundo este instituto, o que parece é que o material que o empreiteiro diz que aplicou é melhor do que o que estava projectado, pelo que a última questão que resta esclarecer, é a de saber se o que está colocado é o que o empreiteiro afirma ter colocado. Disse que todos ficarão com certeza satisfeitos se assim for, pois é uma melhor solução, se se verificar o contrário deverão então ser tomadas as medidas que a lei consagra.

A Senhora Vice-Presidente referiu que a Câmara Municipal é sócia fundadora do IteCons e sugeriu que o Senhor Vereador Carlos Marque lesse a acta donde consta a deliberação em que foi aprovada a adesão por parte da Câmara Municipal ao IteCons, na qual se justifica essa adesão que ocorreu da solicitação da Universidade de Coimbra, à semelhança do que fez a muitas outras Câmaras Municipais.

O Senhor Vereador António Franco sugeriu que ao efectuar-se o caroteamento, fosse igualmente feita uma análise técnica e funcional do material colocado, tendo o Senhor Vereador Carlos Marques dito que concordava com a sugestão, acrescentando que a análise técnica e funcional seja complementada com a análise económica e comparativa com o Caderno de Encargos.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, analisar a informação / proposta do Senhor Fiscal da Obra, numa próxima reunião, após a realização do caroteamento. -----

9. FERNANDO SILVA & CARVALHO, LDA. - ADITAMENTO À PROPOSTA. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento do aditamento à proposta de apresentada por FERNANDO SILVA & CARVALHO, LDA, para a compra de madeiras, junto ao Parque de Campismo do Luso. -----

10. LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES - ANÁLISE DE PROCESSOS DE OBRAS: -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos de obras particulares deferidos e indeferidos, por despachos do Senhor Vereador Calhoa Morais, proferidos de 25 de Junho a 08 de Julho e de 29 de Junho de 2009, respectivamente, no exercício das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Presidente da Câmara no Despacho n.º 09/2006, de 20 de Março de 2006. -----

PROCESSO N.º 30/2009/21 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA LOTEAMENTO - ZENZÉM - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS, LDA.: -----

Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de informação prévia de loteamento, nos termos das informações técnicas, n.º 1 de 27/03/2009, n.º 2, de 8/05/2009, e n.º 3, de 2/06/2009, aceitando a proposta do promotor para, às suas custas, efectuar a captação de água e a construção da ETAR, para o empreendimento. Mais deliberou a Câmara Municipal impor ao promotor a assunção dos encargos, correspondentes das ligações de água e o tratamento de águas residuais, bem como assegurar os caudais necessários, caso no futuro se venham a revelar insuficientes, face às necessidades. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

PROCESSO DE OBRAS N.º 22/2003/06 - ANTÓNIO JOAQUIM ALVES: ---

Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade da licença, nos

termos e com os fundamentos constantes das informações técnica de 04/05/2009. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

PROCESSO DE OBRAS N.º 22/2007/227 – TRANSPORTES RAMA, LDA: -

Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não declarar a caducidade da licença, e conceder ao requerente o prazo de 60 dias para levantamento do alvará e pagamento da respectiva taxa. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

PROCESSO DE OBRAS N.º 617/2005 – RUI PEDRO FERREIRA GOMES: -

Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade da licença, e conceder, nos termos previstos na informação técnica n.º 1, de 31/07/2008, uma licença especial, pelo prazo de um ano, conforme solicitado pelo requerente. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

PROCESSO DE OBRAS N.º 27/2007/297 – DUARTE & ARROMBA, LDA: -

Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade da licença, nos termos e com os fundamentos constantes da informação técnica de 01/07/2009. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

PROCESSO DE OBRAS N.º 22/2004/607 – JOAQUIM JOSÉ TRINDADE: -

Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não declarar a caducidade da licença, e conceder ao requerente o prazo de 180 dias, para a conclusão da obra, nos termos da informação técnica de 19/06/2009. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

PROCESSO DE OBRAS N.º 22/2008/115 – MÁRIO NUNO BATISTA DE JESUS: -----

Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do acto que

aprovou o projecto de arquitectura e o arquivamento oficioso do processo, nos termos da informação técnica n.º 3, de 12/05/2009. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

PROCESSO DE OBRAS N.º 22/2006/404 - LILIA SUSETE LOPES

SANTOS VELOSO: -----

Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade da licença, uma vez que as obras não foram iniciadas, nos termos das informações técnicas de 25/11/2008 e de 19/11/2008. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

PROCESSO DE OBRAS N.º 22/2005/328 - CATARINA DE MIRANDA

FERREIRA GAMA: -----

Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do acto que aprovou o projecto de arquitectura e o arquivamento oficioso do processo, nos termos da informação técnica n.º 6, de 28/05/2009. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

PROCESSO DE OBRAS N.º 22/2006/225 - AGUINALDO FERREIRA DA

SILVA: -----

Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade da licença, uma vez que as obras não foram iniciadas, nos termos da informação técnica de 04/09/2008. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.

AUSÊNCIA DE VEREADOR - O Senhor Vereador José Carlos Calhoa Morais ausentou-se da reunião às 21 horas e 55 minutos. -----

PROCESSO DE OBRAS N.º 22/2009/570 - FAUSTO DAS NEVES

CARRILHO: -----

Após análise do processo de obras mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a informação jurídica exarada no processo em 01/07/2009, e nos termos nela previstos: -----

- 1.º Não declarar a caducidade da licença; -----
- 2.º Conceder ao requerente o prazo de 30 dias, para levantamento do alvará e pagamento da respectiva taxa;. -----
- 3.º Dispensar o requerente da obrigação de apresentação da apólice de seguro, da declaração de titularidade do certificado de classificação de industrial da construção civil e do plano de segurança e saúde. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.-

— E, não havendo mais assuntos a tratar foi pelo Senhor Presidente da Câmara declarada como encerrada a reunião, pelas 22 horas. —————

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, _____, Cristina Maria Simões Olívia, e pelo Senhor Presidente da Câmara, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.
